

Sociedade Civil de Interesse Público. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria Público-Privada. Consórcios públicos. Terceirização. Fomento. 5. Serviço público. Histórico. Classificação. Titularidade. Princípios. Remuneração. Serviços governamentais. Privatização. Gestão Associada. Parcerias. O regime jurídico do serviço público. Atividade econômica e serviço público. Instrumentos regulatórios de serviços públicos. Proteção do usuário de serviços públicos. Intervenção no Domínio Econômico. A regulação. Princípios. Tipos de intervenção. Competências. Agências reguladoras. Agências executivas. Organização social. Organização da sociedade civil de interesse público. Lei Federal 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais) e Decreto Federal 8.945/2016 (que regulamenta a Lei Federal 13.303/2016). 6. Concessão, permissão e autorização de serviço público. Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado. Direitos e obrigações dos usuários. Tarifas. Limites à terceirização. 7. Poderes Administrativos. Poder Regulamentar. Poder vinculado e Poder discricionário. Poder de Polícia. Polícia Administrativa e Judiciária. Sanções. Regulamento. Competência regulamentar. Controle dos atos de regulamentação. 8. Controle da Administração Pública. Controle interno e externo. Controle jurisdicional: formação histórica, sistemas, controle jurisdicional no Brasil. Meios de Controle. Administração Pública em juízo. Recursos Administrativos. Prescrição e decadência no âmbito administrativo. Sistemas jurídico-administrativos no direito comparado. Controle da Administração Indireta. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de improbidade. Lei anticorrupção. 9. Atos Administrativos. Requisitos. Atributos. Espécies. Efeitos. Discricionariedade e Vinculação. Discricionariedade normativa e decisória. Reserva de lei. Delegação legislativa. Vigência. Validade. Eficácia. Extinção. Fato consumado. Vícios. Nulidade e Anulabilidade: Teorias. Anulação. Revogação. Delegação e Avocação. Regulamento. Desvio de Poder. Abuso de Poder. Controle. Autotutela. Lei de Acesso à Informação. 10. Agentes públicos. Cargos, Empregos e Funções Públicas. Servidores Públicos. Militares. Normas Constitucionais. Acumulação de cargos. Sistema remuneratório. Regime Jurídico. Organização funcional. Direitos, vantagens e deveres. Servidores Estatutários. Os empregados públicos. Contratação temporária. Competências e responsabilidades dos agentes públicos. Deveres dos Administradores Públicos. Condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral. Mandato eletivo. Improbidade administrativa. Limites com gasto de pessoal. Regime Previdenciário à luz da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Aposentadoria do Servidor Público. Pensões. Processo administrativo disciplinar. Sindicância. Servidores Públicos do Estado do Pará. 11. Processo Administrativo. Princípios. Procedimento. Nulidades. Recursos. Preclusão, prescrição e decadência. Coisa julgada administrativa. Lei de Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99) 12. Licitação. Modalidades. Inexigibilidade e dispensa de licitação. Procedimento. Anulação e Revogação. Etapa interna e externa. Licitações internacionais. Sanções Administrativas. Crimes em licitações. Registro de Preços. Cotação eletrônica. Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Leis 8.666/93, 10.520/02 e 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais) e Decreto Federal 8.945/2016 (que regulamenta a Lei Federal 13.303/2016). 13. Contratos da Administração Pública. Disciplina Normativa. Espécies. Formalização. Duração. Execução e inexecução. Alteração. Extinção. Nulidades. Sanções. Crimes e Penas. Contratos em espécie. Controle. Controle pelo Tribunal de Contas e seus instrumentos. Convênios. Tomada de Contas Especial. 14. Domínio público. Bens Públicos. Regime Jurídico. Alienação. Bens públicos em espécie. Bens das pessoas administrativas de direito privado. Afetação e desafetação. Regime jurídico. Competência legislativa. Procedimentos. Aquisição de bens pelo Poder Público. Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares. Aforamento e terras devolutas. A remuneração pelo uso dos bens públicos. Águas públicas. Ilhas. Jazidas e minas. Flora e floresta. Espaço aéreo. Patrimônio genético. Estatuto da Cidade. 15. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Tipos Constitucionais. Procedimento expropriatório. Ação de desapropriação. Processo judicial. Indenização. Controle judicial. 16. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviço público. Responsabilidade por ato legislativo e judicial. Responsabilidade do Estado por atos praticados por entidades do terceiro setor. Histórico. Evolução. Teorias. Dano indenizável. Indenização. Nexo de causalidade. Excludentes. Atos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Ação de reparação de dano e direito de regresso. A prescrição. Efeitos da ação penal na esfera civil e administrativa. 17. Jurisprudência dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União.

3– DIREITO CIVIL

1. Da Lei. Vigência, hierarquia, aplicação, integração e interpretação. Revogação, derrogação e ab-rogação. Eficácia espacial e temporal: retroatividade e irretroatividade da lei. 2. A Lei de Introdução ao Código Civil. Direito adquirido. 3. Das pessoas. Pessoas naturais e pessoas jurídicas. Entes não personificados. Personalidade e capacidade jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio e residência.

4. Dos fatos jurídicos. Negócio jurídico e atos jurídicos lícitos e ilícitos. Pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidade. Teoria das nulidades. Boa-fé. 5. Dos bens. Classificação, Bem de família. Dos bens públicos. 6. Do ato ilícito e sua reparação. Da responsabilidade civil. Dano material e moral e sua reparação. Abuso de direito. Legítima defesa, exercício regular de direito e estado de necessidade. 7. Prescrição e decadência. Princípios gerais. Distinções. Prazos. Interrupção e suspensão da prescrição. Renúncia. Ação regressiva. Decretação ex officio. 8. Do direito das obrigações: modalidades, transmissão, adimplemento e extinção. Cessão de créditos. Obrigações líquidas e ilíquidas. Cláusula penal. Da mora. Da inexecução das obrigações Pagamento e quitação. Lugar e tempo. Perdas e danos. Juros legais e convencionais. 9. Dos Contratos. Disposições Gerais. Conceito e função. Os princípios contratuais. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Causas de Extinção dos contratos. Contrato Preliminar. Contratos típicos: compra e venda, troca, doação, locação de coisas, empréstimo (comodato e mútuo), prestação de serviços, depósito, seguro, fiança, mandato, empreitada, comissão, agência e distribuição, arrendamento mercantil (leasing) e alienação fiduciária em garantia. Contratos Bancários. Contratos Eletrônicos. 10. Dos atos unilaterais. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa. 11. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. 12. A jurisprudência dos Tribunais Superiores e os Enunciados das Jornadas de Direito Civil.

4 – DIREITO COMERCIAL E ECONÔMICO

1. Empresário: caracterização, registro e capacidade. 2. Da empresa: unificação parcial das obrigações privadas. 3. Da sociedade: disposições gerais, espécies. Direitos, obrigações e responsabilidades das sociedades e dos sócios. Tipos societários. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão. 4. Do estabelecimento comercial. Do nome comercial. Da escrituração. Da representação jurídica da empresa. Das microempresas e das empresas de pequeno porte. 5. Sociedade limitada: caracterização, quotas, administração, conselho fiscal, deliberação dos sócios, aumento e redução do capital social, resolução da sociedade em relação aos sócios minoritários e dissolução. 6. Sociedade Anônima: conceito, características e espécies. Capital social. Títulos mobiliários emitidos pela S/A Acionistas: direitos e obrigações. Acionista controlador. Órgãos sociais. Administradores: deveres e responsabilidades. Dissolução, liquidação e extinção. Grupos de sociedades. Sociedades coligadas, controladoras e controladas. 7. Governança Corporativa e Compliance. O estatuto das empresas estatais, Lei 13.303/2016 e suas implicações. A Lei Anticorrupção e de Compliance Lei 12.846/2016 e seus regulamentos. 8. Dos Títulos de Crédito: Noções gerais e requisitos essenciais. Do endosso e do aval. Protesto. Cancelamento e sustação. Prescrição. Principais institutos. Espécies: Letra de câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata. Das cédulas e notas de crédito rural, industrial e comercial (Decreto–Lei nº 167, de 14.02.67 – Decreto-Lei nº 413, de 09.01.69 e Lei nº 6.840 de 03.11.80. Ação cambial. 9. Da organização do Sistema Financeiro – Lei nº 4.595, de 31.12.64. Operações bancárias. Regulação do setor pelo Banco Central do Brasil. Do sigilo bancário. Depósito pecuniário – conceito, características e modalidades. 9. A Lei nº 9.613, de 03.03.98, o Decreto nº 2.799, de 08.10.98 e o Sistema Financeiro. Dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Das convenções e pactos internacionais no âmbito dos crimes de lavagem e ocultação de bens. Das atribuições do Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF. Dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Lei 7.492/1986. 10. A Lei de Falências, nº 11.101, de 09.02.2005. A recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. 11. Intervenção e liquidação extrajudicial de sociedades e Instituições Financeiras 12. Contratos bancários: Contrato de Conta Corrente. Contrato de Antecipação de Crédito. Contrato de Desconto. Mútuo. Contrato de Abertura de Crédito. Cartões de Crédito. Câmbio. Contrato de Factoring (Faturização). 13. Atuação e intervenção do Estado na ordem econômica.

5 – DIREITO DO CONSUMIDOR

1. A Relação de Consumo. 2. O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor 2.1. Da Política Nacional de relações de consumo. 2.2. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Decreto nº 2.181 de 20/03/1997 e Decreto nº 7.963 de 15/03/2013). 3. Os princípios que regem a relação de consumo. 4. Os direitos básicos do consumidor. 5. A Teoria da Qualidade. 6. Responsabilidade civil pelo Fato do Produto e do Serviço e pelo vício do Produto e do Serviço. 6.1. Responsabilidade dos profissionais liberais. 7. Prescrição e Decadência. 8. Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de Dados e Cadastro de Consumidores. 9. Proteção contratual: disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. 9.1. Direito de Arrependimento. 9.2. Contratos eletrônicos (Decreto nº 7.962 de 15/03/2013). 10. Proteção do consumidor de crédito bancário e financeiro. 11. Desconsideração da personalidade jurídica. 12. Defesa

do Consumidor em Juízo (individual e coletiva). Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. 13. Tutela Administrativa. 14. Das Infrações Penais. 15. O Código de Defesa do Consumidor e os Contratos Bancários. 16. A jurisprudência dos Tribunais Superiores.

6 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Das Normas Fundamentais. Da jurisdição e da ação. Do litisconsórcio e da intervenção de terceiros. 2. Da competência. Conceito e divisões. Competência internacional e competência interna. Competência em razão do valor e da matéria, competência funcional, competência territorial. Modificação. Prorrogação. Conexão. Continência. Prevenção. Declaração de incompetência. Conflito de competência. Impedimento e Suspeição. 3. Processo e procedimento. O processo de conhecimento. Negócio Jurídico Processual. 4. Da petição inicial. Requisitos. Do pedido. Indeferimento da petição inicial. 5. Mediação. Da resposta do réu. Contestação. Reconvenção. 6. Tutelas Provisórias. Tutelas de Urgência e de Evidência.. 7. Das providências preliminares e Saneamento. Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo. 8. Das provas. Conceito e objeto da prova. Ônus da prova. Tipos de Provas. Prova Pericial. Produção Antecipada. 9. Sentença. Requisitos e efeitos da sentença. A coisa julgada formal e material. 10. Liquidação de sentença e suas espécies. 11. Do Cumprimento da sentença. Da impugnação ao cumprimento da sentença. 12. Da teoria dos precedentes. Incidente de Resolução de Demandas repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. . Recursos repetitivos e Reclamação. 13. Recursos em geral. Pressupostos recursais. Recurso adesivo. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo retido. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recursos para os Tribunais Superiores. Repercussão geral no recurso extraordinário. Reclamação constitucional. Incidentes Recursais. 14. Execução: partes e competência. Requisitos necessários para a realização de qualquer execução. Exceção de Pré-executividade. 15. Da penhora. Princípios gerais. Conceito. Efeitos. Formas. Espécies de penhora. Objeto de penhora. Requisitos. 16. Dos embargos do devedor e de terceiro. 17. Meios de Expropriação. 17. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião de terras particulares. Ação monitória. 18. Procedimentos especiais previstos em legislação esparsa: ação popular, ação civil pública e mandado de segurança. Ação de improbidade Administrativa. Ação Constitucionais. 19. Juzizados Especiais Cíveis. 20. Precedentes dos Tribunais Superiores. 21. O procedimento arbitral. Lei 9.307/1996.

7 – DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Contrato individual de trabalho. Modalidades. Contratos afins. Relação de trabalho. Elementos essenciais. Prova do contrato. Obrigações decorrentes do contrato. Nulidade do contrato. Alteração do contrato de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 2. O empregado. Empregado de confiança. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador eventual. Empregado sócio. Diretor de sociedade anônima. Empregado e locatário. Trabalhadores excluídos da proteção legal. Relação de trabalho com o Estado. O Empregador. Empresa e estabelecimento. Entidade sem fins lucrativos e profissionais. O poder disciplinar do empregador. Regulamento interno da empresa. Consórcio econômico - financeiro. Sucessão de empregadores. Terceirização Trabalhista 3. Duração do trabalho. Horário e jornada de trabalho. Duração semanal do trabalho. Empregados excluídos do regime legal de duração do trabalho. Períodos de descanso: descanso semanal remunerado e férias. Regime especial de trabalho dos bancários. 4. Remuneração e salário. Composição do salário. Comissões. Gratificação de Natal. Abonos. Diárias. Salário-utilidade. Pagamento do salário e mora salarial. Equiparação salarial e proteção do salário. 5. Estabilidade. Reintegração. Falta grave. Inquérito judicial. Empregados excluídos da garantia da estabilidade. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. 6. A Administração Pública e o direito do trabalho. O Estado como empregador. Autarquias. Empresas públicas. Sociedades de economia mista e fundações. Competência da Justiça do Trabalho. 7. Dano Moral e Material na relação laboral. Assédio Moral e Sexual. Acidente de Trabalho. 8. Convenção coletiva. Conceito e natureza. A convenção coletiva no direito brasileiro. Conteúdo e efeitos das convenções coletivas. Extinção das convenções. 9. A greve no Direito Brasileiro. 10. Processo coletivo do trabalho. Dissídios coletivos. Classificação. Natureza jurídica de sentença normativa. Eficácia normativa da sentença nos dissídios coletivos. 11. Processo individual do trabalho. Atos, termos e prazos processuais. As partes no processo individual do trabalho. O preposto. Exceções. Nulidades. Recursos. Execução. Prescrição. 12. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho. 13. Tutela Antecipada e Tutela Cautelar no processo do trabalho. 14. Audiência. Defesa direta e indireta. Revelia. Contestação. Reconvenção. 15. Provas no Processo do Trabalho. 16. Ação Rescisória e Mandado de Segurança no Processo do Trabalho. 17. Ação Civil Pública. 18. Execução fiscal na Justiça do Trabalho. Prescrição Intercorrente.19. O cumprimento de sentenças na Justiça do Trabalho. Multas.